

juros pelo respectivo período.

3.2. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas às taxas anuais descritas na nota explicativa no 6.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada em cada exercício, e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeriam ajustes para perda por redução do valor de recuperação.

3.4. Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. Os direitos e as obrigações são classificados em:

(a) Circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b) Não circulante

São os direitos e as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

3.5. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.6. Principais fontes de julgamento e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos não circulantes, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Nota 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	1	3
Aplicações financeiras	159	459
Total	160	462

As aplicações financeiras são remuneradas por taxas que variam entre 91% a 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são classificados pela Administração da Companhia na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Nota 05 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF sobre aplicações financeiras	1	1
IRPJ a recuperar	29	21
Total	30	22
Circulante	1	1
Não Circulante	29	21

Nota 06 - IMOBILIZADO

	Moveis e utensílios	Maquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Total
Taxa Anual de depreciação	10%	10%	20%	
Custo				
Saldo em 31/12/2012	8	4	22	34
Adições	-	-	1	1
Saldo em 31/12/2013	8	4	23	35
Adições	-	3	4	7
Saldo em 31/12/2014	8	7	27	42
Depreciação acumulada				
Saldo em 31/12/2012	(5)	(1)	(15)	(21)
Adições	(1)	-	(2)	(3)
Saldo em 31/12/2013	(6)	(1)	(17)	(24)
Adições	(1)	-	(3)	(4)
Saldo em 31/12/2014	(7)	(1)	(20)	(28)
Imobiliza do líquido				
Saldo em 31/12/2013	2	3	6	11
Saldo em 31/12/2014	1	6	7	14

Nota 07 - SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para férias	11	10
INSS a recolher	11	8
Outros	2	2
Total	24	20

Nota 08 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social:

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito é de R\$ 7.000 (2013, R\$ 5.000) e o capital integralizado de R\$ 4.611 (2013, R\$ 4.017), tendo seu valor assim distribuído:

Acionistas	Valor integralizado	
	31/12/2014	31/12/2013
Estado do Pará	1.053	906
Termogás S.A.	3.558	3.111
Total	4.611	4.017

No exercício de 2014, foi integralizado o montante de R\$ 594 (2013, R\$ 753).

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social;
 - prioridade na distribuição de dividendo mínimo cumulativo de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado;
 - prioridade no reembolso de capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia;
 - participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
 - em caso de liquidação da Companhia os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta do capital social; e
 - no exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de reservas de capital.
- O estatuto social prevê que do lucro apurado no final de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente.

Nota 09 - DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerida pela NBC TG 26 editada pelo CFC, equivalente ao CPC 26 e ao IAS 1, está apresentado, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2014	2013
Serviços profissionais	(73)	(40)
Remuneração de administradores	(174)	(177)
INSS	(71)	(71)
Associação de classe	(229)	(15)
Assessoria jurídica	-	(31)
Passagens aéreas e hospedagens	(89)	(103)
Telefone e energia elétrica	(26)	(26)
Publicações	(18)	(26)
Aluguel e condomínio	(20)	(20)
Depreciação	(4)	(3)
Outros	(210)	(199)
Total	(914)	(711)
Classificado como:		
Gerais e administrativas	(740)	(534)
Remuneração de administradores	(174)	(177)
Total	(914)	(711)

Nota 10 - RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	24	17
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1)	(1)
Total do resultado financeiro	23	16

Nota 11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros: Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI - Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

c) Gestão do risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato da Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na nota explicativa no 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas.

d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

e) Derivativos: A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Nota 12 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria administrativa e financeira autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 4 de março de 2015, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

RELATORIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ

CNPJ: 08.454.441/0001-75

Senhores Acionistas:

A Administração da Companhia de Gás do Pará - GÁS DO PARÁ, em obediência às disposições estatutárias e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, apresenta a V. Sa., o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

1. Histórico Institucional

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Estados a exploração direta ou mediante concessão, dos serviços de gás canalizado.

Nesse contexto, a Lei Estadual 6.878 de 29 de junho de 2006, autorizou o Poder Executivo a constituir uma sociedade de economia mista com a denominação de Companhia de Gás do Pará - GÁS DO PARÁ.

Em 22 de novembro de 2006, foi constituída a Companhia de Gás do Pará - GÁS DO PARÁ, com capital subscrito de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Em 05 de dezembro de 2006, a GÁS DO PARA ocorreu a assinatura do Contrato de Concessão, da exploração de serviços de gás canalizado no Estado do Pará.

A GÁS DO PARÁ possui a participação acionária conforme abaixo: